

CONSTITUINTE

21 JUN 1986

Uma "cartilha" da Igreja para os eleitores

"A Igreja não pode ficar omissa nesse momento político em que se discute a elaboração de uma Carta Magna que terá influência nos campos econômico, social e até mesmo religioso", disse o cardeal da Bahia, d. Avelar Brandão Vilela (foto), ao anunciar ontem em Salvador o lançamento de uma "cartilha" da arquidiocese para orientar os cristãos para as eleições de novembro, na qual é recomendado que não se vote nos comunistas.

A arquidiocese sugere na cartilha que os eleitores cristãos não votem em candidatos com posições ideológicas incompatíveis com a fé cristã porque, disse d. Avelar, "cristão deve votar em cristão, comunista em comunista e materialista em materialista". Para a escolha do candidato, de acordo com a orientação da cartilha, "não basta um discurso religioso nem uma retórica democrática popular: é necessário o testemunho de vida, coerente com os valores cristãos ou com os valores humanos fundamentais, implícitos na mensagem cristã. Requer-se ainda uma ética prática social e política comprometida concretamente com a luta pela justiça e com a causa dos marginalizados, empobrecidos e oprimidos".

A cartilha, que será distribuída em todas as dioceses da Regional Nordeste III da CNBB (que compreende os Estados da Bahia e Sergipe), foi elaborada com base no documento "Por uma nova ordem constitucional", aprovado pela CNBB no último encontro de Itaci. Na avaliação de d. Avelar, ela "é serena e nem um pouco agressiva, e se alguém se revoltar com as afirmações e definições que são feitas é porque é completamente maluco".

Em Fortaleza, o arcebispo local, d. Aloísio Lorscheider e os bispos de Crateús, d. Antônio Fragoso, de Crato, d. Vicente Matos, e de Iguatu, d. José Ramalho também emitiram nota aos eleitores aconselhando em linhas gerais que "o candidato seja escolhido pela confiança de seus irmãos e companheiros e não indicado pela simples referência de uma sigla partidária; e que o candidato assuma a ação política como um serviço desinteressado, eficaz e coerente com sua opção de fé".

Os religiosos recomendam também que os leigos dirigentes da ação pastoral não se envolvam na campanha e que renunciem à sua função pastoral caso se candidatem, evitando



assim confundir sua posição de cidadão com a Igreja, mesmo porque, afirmam eles, a Igreja não apóia qualquer partido ou candidato.

A proposta de Ulysses

Em Brasília, ainda ontem, o vice-líder governista, senador Fábio Lucena (PMDB-AM), sugeriu que os senadores se recusem a assinar a proposta de emenda constitucional do presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que cria uma comissão de 72 membros com as funções de cuidar da legislação ordinária durante o funcionamento da Constituinte.

Lucena considera que a proposta "simplesmente extingue a Câmara e o Senado, sendo por isso uma proposta infeliz, inoportuna e inadequada". Um dos pontos mais graves, disse, é que durante a Constituinte nenhum parlamentar poderá tomar a iniciativa de apresentar projetos de lei.